

# DE LÊNIN A LENNON

**ONU: RUMO A UM GOVERNO DEMOCRÁTICO?**

**CRESCIMENTO DE  
IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL**  
**CELSO DE SOUZA MACHADO**

**A** criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 apontava para a constituição ainda que em caráter embrionário de um governo mundial institucional. Isto é, um governo mundial a ser realizado não mais por meio da imposição direta de um grupo pequeno de países ricos ou mais fortes sobre o resto do planeta — mas sim através de uma instituição da qual todos os países fariam parte. A própria estrutura organizacional da ONU, assemelhando-se à de um Estado, indica tratar-se de uma ampla organização reguladora mundial, destinada a ter uma forte atuação em praticamente todas as esferas da vida econômica, política e social do planeta.



Contudo, nas condições da Guerra Fria, qualquer projeto nessa linha achava-se inviabilizado pelas próprias tensões e imposições do permanente estado de guerra comandado pelas duas superpotências militares do planeta (EUA X URSS).

O término da Guerra Fria e a crescente abertura econômica e política que se seguiu mudaram radicalmente esse quadro. Os países conquistaram o direito não só de desenvolverem relações econômicas e políticas intensas com quaisquer outros países (independentemente de barreiras ideológicas), mas também de formarem blocos e desenvolverem lutas conjuntas. Embora esse processo

histórico ainda não esteja concluído, a tendência mundial parece ser pela sua consolidação e aprofundamento. Parece difícil - ao menos a médio prazo — voltarmos à situação da Guerra Fria. A ONU, embora tenha aumentado sua dependência em relação aos EUA, tem crescido em importância internacional no pós guerra-fria.

Com quase 200 países em extrema dependência econômica e tecnológica entre si, tendo de competir intensamente num salve-se-quem-puder e tendo conquistado o direito de lutar abertamente pelos seus interesses, a idéia de um governo mundial e democrático deixou de ser utópica ou irrealista - para se tornar, pelo contrário, uma

necessidade objetiva e inadiável do nível de desenvolvimento atingido pela economia mundial. Em outras palavras, as forças produtivas mundiais estão exigindo uma outra forma de superestrutura política internacional. As incertezas que têm, com frequência cada vez maior, assaltado os rumos da economia mundial e a eclosão de crises econômicas como as do México (1994), Coréia do Sul (1997), Federação Russa (1998), Argentina (2001) e EUA (2007/2008) têm feito com que o tema da governança mundial (como exatamente o planeta deve ser governado?) seja um tema cada vez mais discutido.

Nos dois principais fóruns em que se desenvolve hoje o debate internacional o Fórum Social Mundial e Fórum Econômico Mundial -, o tema da governança mundial e da reforma da ONU tem sido discutido em praticamente todos os anos. Já no Fórum Econômico Mundial de 1995, a "comissão sobre o Governo Global" apresentou um relatório propondo "globalizar também a democracia, por uma revolução nas estruturas das Nações Unidas" proposta encapada pelo então secretário-geral da ONU, Boutros Ghali, no discurso de inauguração do Fórum. E no Fórum Social Mundial de 2003, por exemplo, um conjunto de intervenções foi dedicado à "necessidade de construção de um sistema de governança democrático global", discutiu-se "como refundar e revitalizar a ONU", a necessidade de "estudar um sistema de financiamento independente" para ela (imposto sobre as transações financeiras internacionais, loteria internacional, etc.) e colocou-se que a "democratização da ONU deve ser um tema central para discussões nas próximas edições do Fórum Social Mundial". Por outro lado, em 2005 o secretário-geral da ONU Kofi Annan apresentou um plano amplo de reforma

da ONU ("Plano de Reformas"), que foi debatido em todo o mundo, apresentado na assembléia Geral das Nações Unidas desse ano e - embora os EUA tenham tido força para sabotá-lo - foi acolhido com simpatia pela grande maioria dos países, inclusive alguns países ricos.

O próprio fortalecimento crescente dos três principais organismos econômicos internacionais (FMI, Banco Mundial e OMC) indica de certa forma que a necessidade de uma governança mundial se tornou necessidade objetiva. No entanto esses organismos — que embora pertençam à ONU, têm hoje mais poderes do que ela e estão sob controle dos países ricos — e outros semelhantes que possam vir a ser criados, mesmo que fortalecidos e mesmo que se tornem mais democráticos, são impotentes diante da complexidade e da dimensão dos problemas mundiais. Qualquer crise econômica internacional mais grave, e eles serão provavelmente tragados por ela.

A quem interessa e a quem não interessa um governo mundial institucional? Interessa principalmente aos países pobres ou em desenvolvimento - que são a grande maioria dos países. Esses países teriam tudo a ganhar se a economia mundial fosse governada por uma instituição pública da qual eles próprios fariam parte e na qual teriam influência, em vez de governado por um grupo pequeno de países — os países ricos - sobre os quais os países pobres não têm praticamente nenhuma influência.

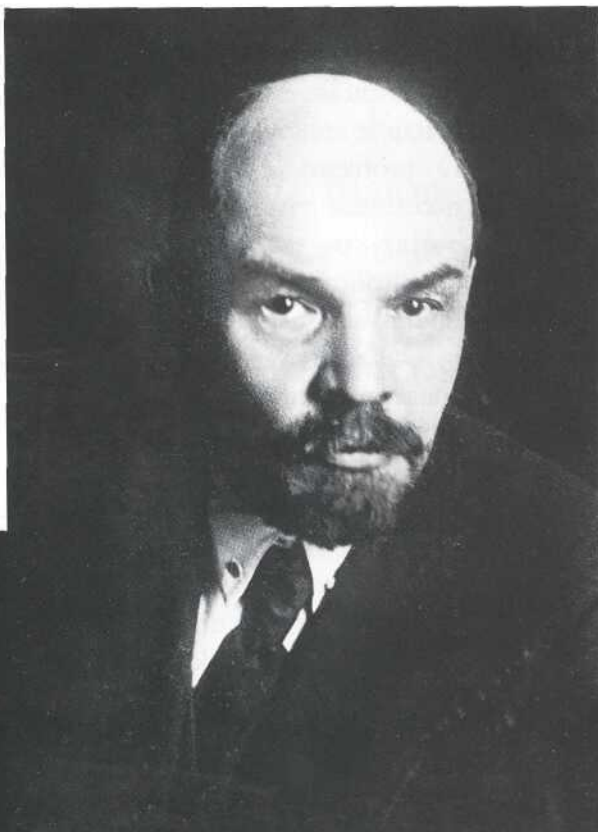
A oposição maior virá obviamente do grupo pequeno de países ricos. No entanto, muitos desses países — cada vez mais irritados com as prepotências cada vez maiores dos EUA — talvez tenham interesse em que suas disputas com a superpotência se dêem por meio de uma instituição pública, se dêem nos marcos de um governo mundial institucional. A resistência maior com certeza virá da

superpotência hoje dominante - os EUA. Embora um país ou bloco de países possa exercer sua dominação internacional também por meio de um governo mundial democrático, os Estados Unidos preferirão certamente continuar a exercê-la de modo direto, impondo sua moeda nas transações econômicas internacionais, controlando diretamente as agências econômicas da ONU (FMI, Banco Mundial e OMC), impondo suas decisões políticas e econômicas. Contudo, é preciso distinguir o povo estadunidense do seu governo.

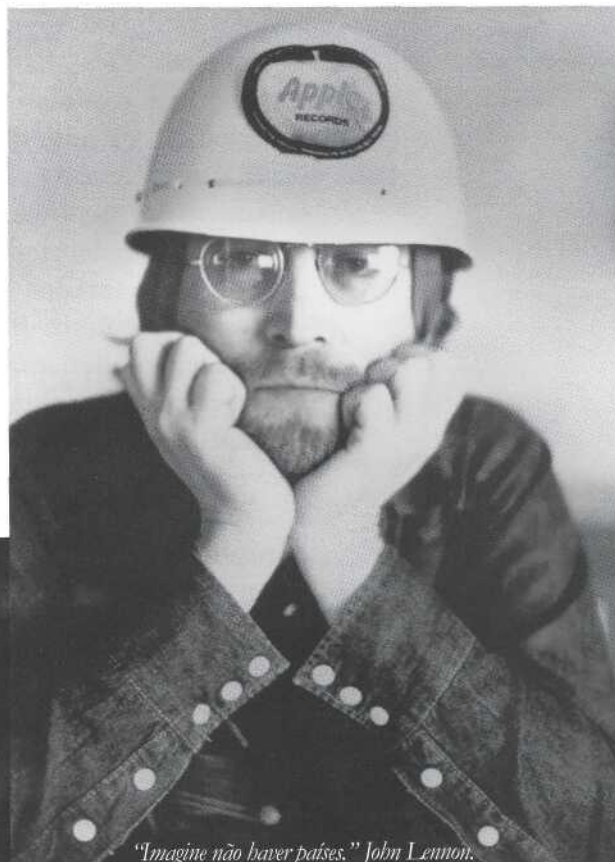
Muitos setores da opinião pública norte-americana veriam provavelmente com simpatia a idéia de um governo mundial e democrático — que tiraria a relação entre as nações da selvageria, do salve-se-quem-puder, e a colocaria num patamar mínimo de civilidade e racionalidade.

A idéia de um governo mundial institucional e democrático não está necessariamente em desacordo com o projeto nem das correntes conservadoras nem das correntes progressistas. Mesmo as correntes conservadoras mais ortodoxas defendem a existências de um Estado, ainda que um Estado mínimo, dentro dos países (Estado nacional), como imprescindível para dar às disputas econômicas, políticas e sociais de uma sociedade um mínimo de racionalidade e civilidade (embora racionalidade e civilidade conservadoras). Contudo, no âmbito mundial, não existe nem mesmo um Estado mínimo para assegurar aquele mínimo de racionalidade e civilidade nas disputas econômicas, políticas e sociais entre os países.

Por outro lado, as correntes progressistas de modo geral -- de Lênin ("a fusão de todas as nações



*"A fusão de todas as nações em uma unidade superior." Vladimir Lênin*



*"Imagine não haver países." John Lennon.*